vinetur

Índia aplica uma taxa de 162,5% a algumas importações de Scotch a granel, apesar da redução pautal prevista no acordo comercial com o Reino Unido

As autoridades aduaneiras contestam a classificação do whisky a granel destinado a blends indianos, deixando alguns carregamentos sujeitos a desalfandegamento provisório

sexta-feira, 20 de novembro de 2026



A Índia está a aplicar uma taxa combinada efetiva de 162,5% a algumas importações de whisky Scotch a granel da Escócia, num litígio sobre o tratamento a dar a esses carregamentos ao abrigo do acordo comercial com o Reino Unido, segundo uma investigação da Reuters publicada pelo Business Today na quarta-feira, 18 de novembro.

O valor corresponde ao encargo total resultante das tarifas e dos impostos aplicados às importações em causa. É 12,5 pontos percentuais superior ao nível de 150% que vigorava antes do acordo, de acordo com as notícias. A situação alarmou empresas que compram Scotch a granel para utilizar em produtos blended fabricados na Índia, uma vez que esperavam que o acordo comercial reduzisse os custos de importação.

O litígio não é apresentado como uma taxa geral aplicável a todo o whisky Scotch ou a todo o whisky engarrafado vendido na Índia. A Reuters e o Business Today afirmaram que o caso se centra em fornecimentos a granel e em concentrados utilizados na produção de blends. As autoridades aduaneiras indianas estão a questionar a classificação adequada desses produtos, da qual depende a possibilidade de os importadores beneficiarem da tarifa mais baixa prevista no acordo.

Ao abrigo do pacto comercial, a tarifa aplicável ao Scotch elegível foi reduzida para 75%. No entanto, essa tarifa anunciada não corresponde ao encargo total agora suportado por alguns importadores no âmbito do atual litígio. As empresas envolvidas no comércio afirmam que a classificação aduaneira das mercadorias, em conjunto com os impostos aplicados, está a elevar o encargo efetivo para 162,5% nos carregamentos afetados.

A Reuters afirmou que a sua investigação se baseou em oito fontes e num documento governamental. O Business Today reproduziu essas conclusões. Não foi possível verificar de forma independente o documento administrativo original citado nas notícias com base nas informações disponíveis, e não foi divulgado qualquer valor monetário total das importações afetadas. O caso foi apresentado como uma taxa percentual sobre o valor das importações, e não como um montante global em rupias.

O desacordo é relevante porque muitos fabricantes que utilizam Scotch a granel na Índia trabalham com pressupostos de custos apertados. Um encargo fiscal mais elevado pode aumentar o custo da matéria-prima colocada no país, reduzir as margens e elevar as necessidades de financiamento. Se as empresas tiverem de pagar mais na fronteira ou prestar garantias de valor superior enquanto as mercadorias aguardam análise, poderão precisar de mais fundo de maneio para manter o abastecimento.

Parece ser isso que está a acontecer neste momento. Segundo a Reuters e o Business Today, alguns carregamentos foram desalfandegados apenas a título provisório, enquanto a questão da classificação continua em disputa. Os importadores tiveram de efetuar pagamentos e prestar garantias para obter a libertação da carga. Isso permite que o produto entre no mercado, mas deixa por esclarecer qual será o tratamento fiscal definitivo.

O Governo britânico está a representar os interesses dos exportadores nas conversações, segundo as notícias. Isso confere ao caso uma relevância comercial mais ampla, para além de um litígio técnico aduaneiro. Para os exportadores britânicos e os produtores de Scotch, a questão é saber se o acesso ao mercado prometido no acordo está a ser concretizado na prática. Para as autoridades indianas, importa determinar até que ponto a tarifa mais baixa deve abranger produtos importados a granel e depois

utilizados em whisky blended localmente.

A diferença entre a tarifa de 75% prevista para o Scotch elegível e o encargo efetivo de 162,5% descrito nas notícias mostra como o tratamento aduaneiro pode alterar o valor de uma concessão comercial. Uma redução pautal no papel nem sempre determina o custo final de entrada, se houver um litígio sobre a classificação do produto ou se outros impostos forem aplicados de forma a alterar o resultado para os importadores.

As notícias também deixam claro que o caso não deve ser interpretado como uma simples reversão da redução pautal da Índia aplicável a todo o whisky Scotch. O litígio é mais circunscrito e incide sobre produtos específicos a granel e concentrados. Ainda assim, para as empresas envolvidas, o efeito financeiro pode ser imediato, uma vez que cada carregamento desalfandegado em condições provisórias pode implicar custos iniciais mais elevados e maior incerteza quanto às margens e aos preços.